



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA

PRESIDENTE: AURÉLIO NOMURA

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 04-09-18

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Declaro abertos os trabalhos da 11ª audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa realizada no ano de 2018.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br, *link* Auditórios *On-Line*. A íntegra da transcrição desta audiência pública estará disponível ao público em geral, no mesmo endereço, *link* audiências públicas, registro escrito.

Esta audiência tem por objetivo discutir as seguintes matérias: Projeto de Lei nº 246/2018, de autoria do Executivo, que “autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito para financiar a execução de projetos de investimento nas áreas de mobilidade e segurança urbana” e o Projeto de Lei nº 271/2018, também de autoria do Executivo, que “institui a política municipal sobre álcool e outras drogas, no Município de São Paulo”.

Informo que as inscrições para os pronunciamentos estão abertas junto à secretaria da comissão.

Foram convidados para participar – e já faço o convite para que componham a Mesa – os Srs.: Caio Megale, Secretário Municipal da Fazenda, que indicou o representante Sr. Luis Felipe Vidal Arellano; Henrique de Castilho Pinto, Subsecretário do Tesouro; Enzo Lucio Ondeí, Diretor do Departamento de Dívidas Públicas; Henry Yoshinobu Yokoyama, Diretor da Divisão de Captação de Recursos; Secretário Municipal de Mobilidade e Transporte, que indicou como representante o Sr. José Carlos Nunes Martinelli, que não está aqui; e José Roberto Rodrigues de Oliveira, Secretário da Segurança Urbana.

Na primeira audiência pública eu relatei o PL 246/2018, que “autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito para financiar a execução de projetos de investimento nas áreas de mobilidade e segurança urbana”, prevendo a contratação de cem milhões de dólares para o programa de mobilidade urbana e de 210 milhões de reais para programas de segurança urbana.

No dia 23 de agosto tivemos a oportunidade de realizar a primeira audiência pública acerca desse projeto e como estamos na segunda audiência pública, gostaria apenas de ressaltar a minha preocupação em relação a dois assuntos. O primeiro, como eu já ressaltai na primeira audiência pública, embora eu considere o projeto de suma importância para a cidade de São Paulo, no tocante às áreas de segurança e mobilidade urbana, o projeto é bem vago, como eu já salientei.

Embora tenha como se controlar o investimento desses valores na Lei Orçamentária Anual, eu gostaria de saber: caso o Executivo, fundado na discricionariedade, mude a opção política pelo corredor Aricanduva, já existe outro projeto em mente?

O SR. LUIS FELIPE VIDAL ARELLANO – Bom dia a todos. Muito obrigado, Vereadora, pelo convite mais uma vez de esclarecer pontos relacionados a esse projeto.

Especificamente com relação à pergunta, não, não há nenhum outro projeto em mente para ser financiado com esses recursos. A intenção do Poder Executivo é efetivamente de fazer o financiamento do corredor Aricanduva, como já mencionei em outra oportunidade.

Por que não se menciona especificamente o corredor Aricanduva no projeto de lei? Pelo seguinte motivo: esse projeto de lei condiciona toda a contratação. Então, suponhamos que, por qualquer razão, estimemos que o corredor Aricanduva demande cem milhões de dólares, que é o que está previsto.

Mas, suponhamos que cem milhões de dólares ao cambio de daqui um ano represente mais do que representa hoje. Caso a gente mantenha no projeto de lei especificamente o corredor Aricanduva e o montante necessário para o corredor Aricanduva seja inferior ao que teríamos condição de captar, não poderíamos aplicar em nenhum lugar, porque o projeto de lei seria muito específico para corredor.

Se, por outro lado, por qualquer razão relacionada a cambio, nós formos capazes de captar um valor superior, mantendo a especificação exclusivamente de projetos de mobilidade ou da maneira como está proposto no projeto de lei, poderíamos aplicar esse

recurso em algumas outras finalidades correlacionadas com esse projeto.

Então, o único papel de não sermos tão específicos na descrição do projeto é permitir que esse recurso possa ser utilizado em outras áreas, caso sobre recurso. Mas, como eu já mencionei anteriormente, a aplicação desse recurso sempre poderá ser controlado pelo Poder Legislativo, no momento da elaboração do Orçamento.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Por exemplo, no caso, você fala se sobrar dinheiro. Eu pergunto: e se faltar? O dólar nós sabemos que está subindo, você tem ideia já? O projeto já está pronto? Qual o valor total desse projeto? Eu não sei se hoje teremos a visita do Ministro da Cidade, não sei se é sobre esse corredor que virá à região falar a respeito ou se é outro assunto. Mas, ficamos muito em dúvida quanto a isso, se o dinheiro sobrar, tudo bem. E se o dinheiro faltar? É por isso também ou você faria só uma parte do projeto? Porque o projeto se estende até o Jardim Iguatemi, até o Jardim São Rafael, vai até São Mateus, pega toda a Raquel...

Entfim, é uma obra extremamente grande de 14 quilômetros, então, ficamos preocupados nesse sentido, por estarmos relatando e por acharmos isso de suma importância. Então, você não vê esse perigo? Você também me disse que não há um tempo. Vocês teriam um tempo destinado para fazer a obra, para que isso comece? Vocês não terão risco de perder esse empréstimo? Como vai mudar o Governo, sabemos que as novas eleições mudarão os governos, não é?

O SR. LUIS FELIPE VIDAL ARELLANO – Exato. Só para situar todos no processo de contratação de uma operação externa, nós estamos agora na fase de aprovação do projeto pelo Poder Legislativo. Com a aprovação dessa contratação nesse projeto de lei, o que fazemos em seguida é selecionar a instituição financeira que emprestará os recursos.

Nesse caso, a gente já vem conversando com o Banco Mundial, que é uma instituição multilateral, que normalmente oferece financiamentos em condições mais favoráveis, visando o desenvolvimento do país para o qual eles emprestam.

Selecionada a instituição, nós encaminhamos um pleito para o Governo Federal, para que seja aprovado primeiro por uma comissão, liderada pelo Ministério do Planejamento, mas formada também por outros ministérios.

Uma vez aprovado este projeto nesta comissão, aí fazemos um pedido de verificação de limites para o Senado Federal, que demonstra que os limites estão ok com relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, etc. O projeto, então, é aprovado pelo Senado Federal, por se tratar de uma operação de crédito externa, e só aí é que existe a possibilidade de contratação. Então esse é o primeiro passo de um processo relativamente longo. Mesmo assim, a gente acredita que nós já acumulamos experiência suficiente nesse processo para que encurtemos essas etapas. O importante é que as aprovações aconteçam o mais rápido possível, para que não corramos o risco de eventualmente uma mudança de cenário que leve ou o prestador a repensar a possibilidade de emprestar esse recurso para o município, ou, eventualmente, os custos estimados serem modificados.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Essa era a minha dúvida.

Os presentes que tenham alguma pergunta a respeito do empréstimo podem se inscrever. Depois, passamos ao Secretário de Segurança Urbana, para que façamos os outros questionamentos que faltam.

O senhor quer fazer alguma pergunta, Senador?

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Esse é o primeiro projeto. Depois, iremos para o segundo, que é sobre a questão das drogas.

O propósito da Prefeitura é contratar operações de crédito para financiar a execução de projetos de investimento nas áreas de mobilidade e de segurança urbana, prevendo a contratação de 100 milhões de dólares para o Programa de Mobilidade Urbana, que seria um corredor do Aricanduva, numa extensão de 14km, que chegará até São Mateus, até o Jardim Iguatemi, Jardim São Rafael.

O SR. LUIS FELIPE VIDAL ARELLANO – Bom dia, Senador.

Nós ainda não fechamos a instituição financeira, isso vai ser precedido de um processo seletivo, mas nós estamos em conversar, por enquanto, com o Banco Mundial, que parece ofertar as melhores condições para uma operação na área de transportes.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Só que tem que passar por aqui. O senhor viu a explicação dele: que, além de passar por aqui, depois, terão várias etapas – passar pelo Senador...

O Senador é muito especial aqui na Casa. Se o senhor quiser fazer parte da Mesa, será uma honra para nós.

Na questão da segurança urbana, eu vou falar para o senhor, Senador, qual é o projeto: será um valor no total de 210 milhões.

Você quer explicar para ele, Secretário, os valores que vocês vão dividir?

O SR. JOSÉ ROBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA – Bom dia a todos – Vereadora, Vereador, a todos da Mesa.

Na verdade, o Governo Federal abriu uma linha de crédito para a segurança pública em nível estadual e em nível municipal. Em nível municipal, é um bilhão de reais, e os municípios poderiam apresentar projetos. Nós, da Segurança Urbana, apresentamos nove projetos que perfazem um total de 210 milhões de reais, sendo 110 milhões para um Centro de Operações Integradas, que está sendo conduzido pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, e os outros cem milhões diretamente com a nossa pasta, que engloba: a ampliação do programa Ronda Guardiã Maria da Penha; a aquisição de um novo sistema de radiocomunicação para a Guarda Civil Metropolitana; a revitalização e o equipamento para as inspetorias especializadas da Guarda Civil; a aquisição de armamentos letais e não letais para o policiamento ordinário da Guarda Civil Metropolitana; a aquisição de coletes balísticos; a aquisição de veículos elétricos para o policiamento de parques, áreas verdes e centrais da cidade de São Paulo; a revitalização do programa Dronepol, que é um novo programa que nós

introduzimos nessa nova gestão; e a revitalização da Academia de Formação em Segurança Urbana da Guarda Civil.

Então, são esses os valores. Os projetos já estão encaminhados e aguardando a autorização para poder fazer, junto à instituição financeira, o BNDES, esse empréstimo, para a Secretaria da Fazenda conseguir ajustá-los.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Então, uma dúvida que eu tive – e pedi, aqui, para o Secretário esclarecer – é que, dentro dessa estrutura nova, cuja construção vai acontecer para abrigar toda a Guarda Municipal, eu gostaria que também se deixasse um lugar para a Banda da Guarda Municipal, porque eles sempre são deslocados dos lugares. Eles tinham um lugar, aqui, próximo ao Theatro Municipal, que tiraram deles. Aí, eles ficam sempre um aqui e outro ali. A parte da Banda é uma parte importante, também. É uma coisa de que todos nós gostamos. Eu acho que temos de incentivá-los, também, nesse sentido.

O SR. JOSÉ ROBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA – Na verdade, fica o compromisso nosso, aqui. Já falei, até, com o Comandante da Banda.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Eu acho que, até, depois, quando o projeto for para votação, colocaremos emenda ou algum substitutivo, para que realmente fixemos essa questão.

O SR. JOSÉ ROBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA – Sim, com certeza.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Aí, todo mundo fica encaixado no seu devido lugar. Ninguém precisa ficar pedindo emprestada a Casa para ensaiar – ou outra e não sei o quê.

O SR. JOSÉ ROBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA – É isso, aí.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Então, na verdade, Senador, esta já é a segunda. Na primeira, eles já fizeram explanações. Agora, vai dar continuidade, pela Casa, ao projeto. Essa primeira fase está encerrada.

Se alguém quer falar mais alguma coisa entre vocês, eu só espero que vocês

consigam, porque nós já estamos nos últimos 15 minutos do segundo tempo para finalizar esse mandato, desse Governo que aí está. Vamos só torcer para que dê certo – da nossa parte, porque precisamos desse corredor e precisamos deste recurso, aqui, para a Guarda Municipal, que é superimportante.

Então, eu agradeço a presença dos Secretários. Agradeço ao Secretário Caio, pela presença de vocês. Muito obrigada.

Eu quero declarar que foi realizada a segunda audiência pública do Projeto de Lei nº 246, de 2018, de autoria do Executivo.

E agora nós vamos declarar aberta a primeira audiência pública do PL 271/18, também de autoria do Executivo, que “institui a política municipal sobre álcool e outras drogas no Município de São Paulo”.

Vou suspender por dois minutos antes de darmos sequência para nos organizarmos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência da Sra. Sandra Tadeu.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Declaro abertos os trabalhos da décima primeira audiência que a Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa realiza no ano de 2018.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br, link Auditórios On-Line.

A íntegra da transcrição desta audiência pública estará disponível ao público em geral no mesmo endereço, no link Audiências Públicas/Registro Escrito.

Esta audiência tem por objetivo discutir a matéria, o Projeto de Lei 271/18, também de autoria do Executivo, que “institui a política municipal sobre álcool e outras drogas no Município de São Paulo”.

Informo que as inscrições para o pronunciamento estão abertas na secretaria da Comissão.

O Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Sr. Filipe Sabará, indicou como representante o Sr. Antonio de Almeida Castro, seu Chefe de Gabinete. O Secretário Municipal de Direitos Humanos e Cidadania indicou o Sr. Décio Perroni Ribeiro Filho, Coordenador de Políticas sobre Drogas. Da Secretaria Municipal de Saúde, convidamos a Sra. Claudia Ruggiero Longhi, que disse que veio somente como observadora e não vai participar; mesmo assim, gostaria de convidá-la a participar da Mesa.

“Esta audiência pública é referente ao PL 271/18, que ‘institui a política municipal sobre álcool e outras drogas no Município de São Paulo, visando à prevenção, à atenção e reinserção social dos usuários de álcool e drogas.’” Referida política deve observar a saúde, direitos humanos, assistência social, educação, trabalho e segurança urbana.

São diretrizes dessa política o respeito aos direitos humanos, prevenção ao uso abusivo de álcool, humanização, entre outros. São objetivos: a prevenção, a proteção social, a integração. Metodologia de tratamento no eixo da assistência: abordagem, cadastramento, avaliação, diagnóstico, encaminhamento, abrigamento, monitoramento e gerenciamento.

O projeto nos traz a abordagem como primeiro contato com o indivíduo, sendo que, posteriormente, haverá avaliação, que será individualizada. Já o encaminhamento, será a elaboração de um projeto terapêutico individual que poderá ser tratamento ambulatorial, medidas de reinserção e recuperação de vínculos e eventual internação consentida.

O projeto estabelece que a política será coordenada por um comitê gestor, composto por sete membros titulares e suplentes integrantes do Executivo designados pelo Prefeito, que se reunirá periodicamente, podendo as reuniões ocorrerem com a participação dos órgãos públicos do Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e movimentos sociais.

Segundo o projeto, a participação no comitê não gerará remuneração”.

Acabei de ler um pequeno resumo sobre o que se trata o projeto, e agora gostaria de convidar os representantes das Secretarias para falarem acerca do projeto e respondendo

às seguintes indagações: Qual a política existente hoje? Sem essa lei que se pretende aprovar no Município, como é feita hoje a abordagem, o projeto terapêutico e o atendimento às pessoas com dependências química ou qualquer outra espécie de vício? Houve um estudo por especialistas do assunto que culminou nesse projeto? Os movimentos sociais que tratam da dependência química e dos direitos humanos referentes aos indivíduos dependentes químicos foram ouvidos? Pela leitura do projeto, verifica-se que um dos projetos terapêuticos seria a eventual internação consentida. Como é feito isso hoje no Município de São Paulo? Qual seria o parâmetro utilizado para isso?

Outra pergunta. Parece que vai haver um comitê gestor com sete membros titulares, que serão designados pelo Prefeito, mas não projeto não está dito quem seriam esses sete membros. Acho que isto é algo que deveremos discutir: quem fará parte desse comitê gestor; se vai haver a participação das pessoas que já trabalham nessa área, de representantes da sociedade.

Enfim, esses são os meus questionamentos. Acho que o senhor faz parte da Assistência Social. Depois há o Secretário de Direitos Humanos.

Então, antes de responder as perguntas, o senhor poderia também fazer uma explanação do projeto, do que seria o projeto em si, para que a gente pudesse entender melhor.

O SR. JOSÉ CASTRO – Obrigado, nobre Vereadora. Bom dia aos demais Vereadores, Sr. Eduardo Matarazzo Suplicy e Soninha Francine e às pessoas presentes no dia de hoje. Eu sou o José Castro, chefe de gabinete da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social; e estou envolvido dentro da secretaria nos trabalhos referentes a toda política de álcool e drogas no município e às ações da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.

Eu acredito que seja pertinente dar um panorama para todos, sobre o que tem sido discutido recentemente e o que tem sido proposto como metodologia de trabalho, como uma

nova proposta, para que a gente consiga lidar com essa questão da maneira mais eficaz possível, dando, de fato, uma porta de saída para as pessoas que hoje se encontram fazendo uso de substâncias psicoativas.

Então, o primeiro ponto até V.Exa. mencionou, nobre Vereadora, em relação à abordagem. É aí que começa a criação do nosso vínculo com as pessoas que estão fazendo uso de substâncias psicoativas e que estejam em situação de rua ou não; e a abordagem hoje, na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social é um grande gargalo, porque o modelo atual, até um modelo atual vigente que está previsto na portaria 46 do convênio - agora a gente fala em termo de parceria dentro do novo marco regulatório, por se tratar do SEAS, Serviço Especializado de Abordagem Social - é composto basicamente por RH. Hoje esse modelo está estrangulando as organizações sociais parceiras da secretaria. Ele é um modelo inviável, que não prevê um reajuste que acompanhe as legislações trabalhistas vigentes no nosso País. Então, a gente tem esse problema muito sério. Foi criado, dentro da secretaria, um grupo de trabalho com todas as organizações que hoje têm convênios nessa modalidade, de abordagem social, com os gerentes dos serviços dessas organizações, com os gerentes de cada um desses convênios e também com os fóruns da Assistência Social, dentro do Conselho Municipal de Assistência Social, para tentarmos entender com a perspectiva das pessoas que atuam diretamente no território, para sabermos qual seria o modelo mais eficiente, para equacionar esse estrangulamento que hoje as organizações estão sofrendo. O repasse não está sendo suficiente, com o passar do tempo, para esses serviços sejam mantidos, sem algum nível de precarização.

Então, é muito importante essa discussão que está acontecendo, que está sendo feita, não dentro do gabinete da secretaria. Ela está sendo feita com os parceiros que executam essa política dentro do município. Aí a gente não quis se limitar somente às questões do repasse, às questões financeiras que hoje estrangulam essa modalidade, mas também se passou a olhar para a metodologia desse serviço.

Quando nós assumimos a secretaria, um primeiro ponto que foi constatado é que o serviço de abordagem estava muito focado em computar a quantidade de abordagens e a criação de vínculo, mas sem se preocupar muito com o encaminhamento dessas pessoas. Então, a gente tinha um sistema em que existia a abordagem, existia a criação de vínculo, mas aquela criação de vínculo não necessariamente estava resultando em planos individuais de encaminhamento para aquelas pessoas. Aí, a questão da divisão por modalidades, por recortes específicos, tudo isso passou a integrar a nossa discussão com as organizações, com os coletivos que representam a Assistência Social, os trabalhadores, para entender como propor algo melhor, e esse trabalho está sendo feito.

Como é algo que está sendo pactuado, e estamos fazendo questão de envolver as pessoas que atuam na ponta, esse é um processo que demora um pouco mais. Às vezes, discussões e definições dentro de gabinete podem ser mais rápidas, mas um pouco míopes. Então, a gente optou por levar um pouco mais de tempo, envolvendo todo mundo e tentando abordar a questão em sua totalidade para fazer essa nova proposta para o Conselho Municipal de Assistência Social. Obviamente, isso vai envolver também a abordagem para as pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas.

Em relação ao acolhimento, que é outra frente de grande importância e participação forte da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, o que constatamos, tomando como base o antigo programa, De Braços Abertos, é que mesmo grande parte do modelo que estava vigente, previsto, não tendo alcançado os resultados esperados, existem sim resultados positivos alcançados. Por exemplo, 2 dos hotéis que ainda estão em funcionamento, que ficam fora da região central de São Paulo têm uma dinâmica muito interessante e têm alcançado alguns resultados interessantes.

Tendo em vista essa constatação, optamos pela definição de uma linha de trabalho para a instituição de um primeiro serviço verdadeiramente híbrido entre a Assistência Social e a Saúde. Nesse caso específico, também com a participação da Secretaria do Trabalho para

oferecer formas, instrumentos para que as pessoas consigam reconquistar a sua autonomia. Não só um modelo, mas vários modelos, respeitando um princípio que é colocado constantemente como um princípio do Programa Redenção, que é o da singularidade. Não adianta a gente querer oferecer para todas as pessoas que fazem parte do programa a mesma opção, a mesma modalidade de atividade laboral. Se em qualquer estrato da sociedade as pessoas não fazem as mesmas coisas, também aqui cada um tem uma linha de atuação, um perfil profissional, e isso se reflete também dentro do programa. Essa é uma análise que fizemos a partir dessa constatação, e temos que garantir nessa frente de trabalho uma diversidade de opções.

A ideia desse equipamento híbrido é não se falar em atuação coordenada de diferentes Secretarias, mas ter, dentro do mesmo convênio profissionais da área de Assistência Social e profissionais da área da Saúde. Inclusive, fui convidado algumas vezes pela Comissão de Políticas Públicas do Conselho Municipal de Assistência Social para discutir esse trabalho e para trocar algumas ideias. De lá saíram recomendações, quase que unânimes, de que é fundamental essa existência formal de profissionais da Saúde e da Assistência Social dentro do equipamento. Porque sem essa característica híbrida, muito dificilmente a gente vai conseguir alcançar qualquer outro tipo de resultado. A gente vai conseguir entender a questão individual dessas pessoas de todos os ângulos necessários para se conseguir propor um encaminhamento e uma solução adequada para cada um.

Nesse momento está sendo discutido pelas equipes técnicas da Saúde e da Assistência Social, ainda em caráter de troca de ideias e de definição de possibilidades, a criação desse acolhimento terapêutico verdadeiramente híbrido, que seria implantado no Município de São Paulo dentro do escopo do Programa Redenção. O fato de a política ter sido enviado à Casa pelo Prefeito enriquece muito essa discussão, pois nos dá oportunidade de envolver mais atores ainda, o que é ideal para uma questão tão complexa e um desafio não só municipal, estadual e nacional como também global. Esse é um desafio hoje que não é

exclusivo do País, do Município.

O trabalho que está sendo feito é dentro desse sentido, até para tentarmos desmistificar alguns pontos que fazem parte do SUAS, da Política Nacional de Assistência Social, mas que talvez tenham de ser repensados para oferecermos uma solução mais eficiente, mais eficaz para o enfrentamento dessa questão no município de São Paulo.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Eu gostaria de passar a presidência ao Vereador Reis. Peço desculpas, pois ocorreu um imprevisto; minha mãe fez um procedimento médico e está hospitalizada. Terei de sair.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Sra. Presidente, eu poderia apenas fazer algumas observações ainda com V.Exa. presente? (Pausa) Serei breve. Quero especialmente comunicar que sou Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, da qual faz parte também a Vereadora Soninha. Nessa Comissão, temos a Subcomissão de Álcool e Drogas, presidida pela Vereadora Patrícia Bezerra. Dada a importância desse projeto de lei, a Vereadora Patrícia Bezerra, inclusive dando passos na semana passada, criou um grupo de pessoas para estudar em profundidade esse projeto, inclusive com um cronograma que até o mês de novembro. Eu queria só ponderar que será muito importante que esse trabalho seja feito antes da apreciação com votação desse projeto.

Uma vez concluído esse trabalho – como eu disse a ela -, é minha intenção que, chamando também as Comissões de Saúde, Trabalho; Emprego e Empreendedorismo; de Direitos Humanos...

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Uma coisa mais ampla...

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Que possamos ter audiência pública, ou mais de uma, com algumas das pessoas que mais têm estudado esse assunto. Vou citar, por exemplo, a antropóloga Taniele Rui, da Unicamp, que escreveu um livro de grande relevância que analisa os projeto sobre álcool e drogas de Campinas e de São Paulo. Temos também pessoas como o Dr. Carlini, que é imprescindível que nós possamos ouvi-lo sobre este

assunto e diversos outros estudiosos, intelectuais, médicos e tudo que tenha estudado muito bem este assunto. Então, só queria fazer essa ponderação.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) - Então, na verdade, nós, da Comissão de Justiça, nem teríamos como fazer essa audiência pública.

Recebi no meu gabinete pessoas que têm entidades que trabalham com pessoas que usam drogas, então, a gente tentou fazer isso. Uma vez passada na Comissão de Justiça você pode ir ao Congresso e até votar hoje.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) - Mas poderemos entrar em um acordo, falar com a Presidência.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) - Tem ali a pastora Alessandra que esteve no meu gabinete para falar a respeito desse assunto, sobre esse projeto e aí nós colocamos em pauta. Achei importante antes até do que fazer o congresso para que a gente pudesse entender um pouco mais do projeto. Quero entender o contexto todo para que todo mundo trabalhe falando a mesma linguagem.

Na verdade, teríamos de ter os valores, o impacto, quantas pessoas estarão no programa, se vai ter regiões que vão poder abrigar esse número de pessoas, se vamos dividir as pessoas para cada tipo de problema – alcoolismo, crack, dependência química -, isso tudo deveria estar no projeto.

Enfim, aqueles que ainda têm oportunidade de fazer um grupo de trabalho. O projeto você vê de modo geral, fala de toda a comunidade, o que nós fazemos, mas a gente sabe que na prática é uma coisa mais difícil.

Até estava atrás do Reis porque ele que me falou que íamos fazer duas audiências públicas.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – A intenção não é passar na CCJ e daí para o Congresso, mas passar pelas comissões dada a importância e relevância do projeto a Câmara Municipal vai estudá-lo com afinco e profundidade chamando as pessoas que mais estudaram isso.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) - Tem projetos de muita importância que às vezes a gente passa na Comissão de Justiça e que vão direto para esse bendito Congresso de Comissões. Então, às vezes eu até peço audiências públicas até para entender o que está acontecendo. Esse era o nosso receio.

Agradeço a presença de todos e desculpem-me ter de sair.

- Assume a presidência o Sr. Reis.

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Tem a palavra o Sr. Décio Perroni Ribeiro Filho, Coordenador de Políticas sobre Drogas.

O SR. DÉCIO PERRONI RIBEIRO FILHO - Bom dia para todos e todas. Cumprimento a Mesa e agradeço também a convite para participar dessa conversa. Meu nome é Décio Perroni e eu estou exatamente há 24 horas neste cargo. Acabei de assumir o cargo de Coordenação das Políticas de Drogas, da Secretária Municipal de Direitos Humanos. Ontem à tarde chegou a minha mão a proposta deste projeto de lei e eu tive oportunidade de ler e destacar alguns pontos.

Primeiramente, eu quero confirmar que também da mesma forma que a Secretaria de Assistência Social está pensando romper com essa dicotomia entre um modelo e outro, entre uma abordagem e outra, temos também essa perspectiva de pensar até mesmo em uma inversão em relação ao que seria esse trabalho com os sujeitos que abusam de substâncias psicoativas.

Destaquei na proposta alguns termos que quero apontar para demonstrar o que estamos falando e explicar melhor.

Primeiramente, o § 2 fala em intersetorial integrado. Evidentemente, nenhuma

organização do Poder Público pode trabalhar sozinha, isoladamente, nessa questão bastante crítica, bastante complexa.

O outro ponto que considero fundamental é destacar os termos que estão sendo abordados, como, por exemplo, no artigo 4º, inciso II, no eixo da assistência tem um termo que diz escuta qualificada. Mais para frente, na letra “e”, temos projeto terapêutico singular.

E, de fato, já podemos correr o risco, a minha posição aqui é uma posição de diálogo e discussão. Nós estamos no processo construtivo. Estou entendendo dessa forma. Então, penso que o processo aqui é uma discussão de colaboração e de convergência. Então, de fato já tem, projeto terapêutico singular. Chama um pouco atenção que ele está com a saúde entre aspas e o plano individual de acompanhamento está entre aspas com a assistência.

Seguindo, temos no artigo 5º, que de fato é um artigo fundamental porque aqui é onde se pretende definir as ações que cabem a cada órgão do Poder Público, mas volta, a partir do artigo 5º, a aparecer escuta qualificada. No 7º, singularidade de cada indivíduo. Penso que é isso.

O que eu quero apontar? De fato temos que pensar nisso que está colocado aqui já é uma linguagem bastante conhecida da Saúde Mental, não sei se da Assistência Social, mas bastante conhecida da Saúde Mental que prevê que os modelos não servem para nada se não se considerar o que é o sujeito que está ali sendo atendido. Essa ênfase que eu quero dar nesses termos que foram colocados aqui até para que eles sejam potencializados de alguma forma na proposta em discussão por que qualquer modelo pode ter o resultado se você considera que o sujeito está ali para receber uma ação do Poder Público e que ele tem direito de ter uma qualidade de vida também.

A discussão sobre se a abordagem deve ser feita da forma a, b ou c deve ser feita, sem dúvida nenhuma, mas eu quero introduzir a questão da subjetividade. Sabemos os mecanismos operativos das drogas. É um processo que cada vez mais vai para um

entendimento comum. Mas eu vejo pouca abordagem, pouca indicação sobre o que aquilo de fato representa para o sujeito.

Temos uma visão de que cada pessoa tem uma configuração na sua relação com os outros e com a realidade de forma absolutamente única. É nesse sentido que o contato com ele deve ser na perspectiva de que aquele sujeito que está ali na sua frente é único. Ele tem uma subjetividade que pertence exclusivamente a ele. Como pensar uma ação com ele considerando que eu não posso atuar a partir de um padrão total já estabelecido?

Então, esse é um ponto que consideramos bastante importante transformar uma proposta para que ela não tenha um caráter técnico burocrático operacional e eu não estou desfazendo da proposta, pelo contrário, eu acho que é uma iniciativa espetacular. Contudo, penso que o sujeito é o foco da proposta, não os modelos, não a abordagem, não a linha que se vai pensar. Na diversidade da natureza humana, nós podemos pensar que os modelos, salvo algumas exceções, podem, sim, ter uma solução de situação para aquela questão de superação do que transforma aquele sujeito num – quase que – prisioneiro daquele processo que é o abuso do consumo de drogas.

Entendemos que se trata de uma questão essencialmente de saúde – essencialmente de saúde -, embora as ações, como colocado aqui, são interssetoriais evidentemente, mas estamos falando de pessoas que apresentam condições de saúde prejudicadas. Se é saúde mental, se é saúde física, não é essa a questão.

Acho que é fundamental romper com essa dicotomia cartesiana que estamos falando de um modelo que serve e de outro modelo que não serve, e transformar essa sinergia, esse movimento todo num foco que supere isso e que, de fato, traga uma efetividade para os atendimentos. Não estou aqui criticando também o que já se faz, ao contrário, acho que é um esforço brutal de todos os órgãos, de todas as Secretarias para enfrentar essa questão bastante complexa, e é dentro da complexidade que acho que esse enfoque precisa ser visto.

Não existem soluções simples para problemas complexos. Não existe. Nós já

tivemos tentativas de soluções simples para os problemas complexos nessa área, e eles não foram resolvidos.

Não memorizei essas questões, nem achei que eram questões que estavam colocadas para se responder, mas tem uma sequência de falas e, como eu disse, estou começando na Secretaria de Direitos Humanos e é na perspectiva de diálogo, viu José Castro, e queremos estar nesse híbrido que você mencionou bem apropriadamente. Esse hibridismo é importantíssimo. De pronto é isso e vamos seguir aí para as conversas.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado. Agora a Sra. Claudia Ruggiero vai fazer também suas considerações, ou sua saudação, como queira.

A SRA. CLAUDIA RUGGIERO – Bom dia a todos. Na figura do Presidente da Mesa eu cumprimento a todos. Estou assumindo a Coordenação de Saúde Mental há uma semana, um pouco menos talvez. E, com isso, me apropriando um pouco dos processos.

Com relação à política ainda não consegui me reunir com o Dr. Artur Guerra para discutirmos um pouco melhor isso, mas acho que uma boa notícia para vocês é que a Saúde Mental vai estar muito mais próxima da equipe do projeto Redenção. Isso é muito importante, como o Décio falou. Décio que já é parceiro dessa luta há bastante tempo, desde a fundação.

Não é uma questão simples, as questões são muito complexas e precisamos discutir isso com essa perspectiva da complexidade dos casos. Não é fácil lidar com a situação, a qual, se olharmos apenas – não que seja importante, é super importante olharmos o sujeito e contemplá-lo nas suas necessidades – mas precisamos olhar isso como um processo. Acho que a Cracolândia é um processo que foi se criando com o passar dos anos, e temos tentado alguma forma de lidar com esse problema. É um processo complexo e precisamos conciliar, e a ideia da composição das secretarias é essencial, mais do que uma experimentação aí dos projetos híbridos que estamos apostando muito.

Espero que consigamos construir, de fato, alguma proposta, realmente, de ação e de abordagem mais complexa para esse problema. Agradecer o convite, embora eu não

estivesse preparada para vir à Mesa, então, vou mais ouvir do que dizer, hoje. Com certeza no próximo encontro teremos outras coisas para dizer.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Agradeço as suas palavras. Registro também a presença do Vereador André Santos, já pergunto se quer fazer uso da palavra? (Pausa) Com certeza, ok. Vamos ouvir a Vereadora Soninha Francine.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Obrigada, Sr. Presidente, bom dia a todas as pessoas presentes.

Quero começar destacando alguns pontos positivos dessa proposta. Primeiro o fato dela ter sido constituída como projeto de lei, e não ter sido uma política municipal instituída por decreto. Isso é um bom começo. E a escolha das palavras aqui é, em geral, animadora, o fato de ser uma política sobre ‘álcool e outras drogas’, não ‘álcool e drogas’, então ‘álcool e outras drogas’ e de ser ‘sobre’ e não uma política ‘contra’ drogas que é um caminho seguido há muito tempo e é totalmente equivocado.

O Artigo 1º diz: “fica instituída a política municipal sobre álcool e outras drogas com o objetivo de executar ações de prevenção...” etc. “visando a redução de danos provocados pelo consumo abusivo”, isso também é promissor. E o fato de se falar em uma cultura, em uma política realizada de forma interssetorial e integrada, quer dizer, depois de muitos anos que brigamos muito para que se compreendesse que política sobre drogas não é uma política contra drogas, de polícia assim dizendo, mas sim “olha, é saúde”, hoje nós já vamos muito além disso. Não é só saúde também, não é só segurança, não é só saúde. Então a política aqui proposta faz referência a uma atuação entre diversos setores e integrada.

“Diretrizes da política municipal, Inciso I: o respeito aos direitos humanos e à singularidade dos indivíduos”, agradeço também pela ‘singularidade’ que vai ao encontro do que foi dito aqui à Mesa, um projeto terapêutico individual. Não se pode pensar em uma política com formato único para todas as pessoas. Não tem o menor cabimento.

“Inciso III”, entre as diretrizes, “humanização, igualdade de condições, valorização

da diversidade em todas as rotinas de abordagem, atendimento e encaminhamento”. Agora, curiosamente no parágrafo 2º, a que me referi, que fala que a política municipal será realizada de forma interssetorial e integrada, mas ela enumera aqui: “especialmente quanto aos assuntos relativos à saúde, direitos humanos, assistência social, educação, trabalho e segurança urbana”. No próprio documento que a Prefeitura elaborou e discutiu na Comissão de Direitos Humanos, meses atrás, fazia-se menção expressa a esporte e lazer. Curiosamente, nesse documento, também não se falava em Cultura, mas não tem como não falar em esporte e lazer, cultura, e moradia.

Ao longo do texto se faz referência à necessidade de acolhimento diversos tipos de serviços públicos de abrigamento, mas não se inclui a habitação, a secretaria responsável pela política de habitação no Município, como uma das que serão – de alguma forma terão de ser – envolvidas com uma política municipal sobre drogas, porque a questão da moradia precária e tudo isso que inclui – moradia precária não é só quatro paredes e um teto meio boca, é o conjunto todo do que a Cidade oferece ou deixa de oferecer -, tem uma relação com uso abusivo de drogas. As condições criadas, onde moradia é indigna tem uma relação muito forte com o uso abusivo de álcool e outras drogas.

Seguindo aqui, outros pontos positivos: de novo a referência a atendimento individualizado por equipe multidisciplinar, mas é curioso que isso que está aqui, Item C do Inciso II do Artigo 4º que se fala em equipe multidisciplinar no eixo da assistência. Então estamos falando em integração, em interssetorialidade, mas continua tentando dividir em caixinhas e aí joga umas coisas nas caixinhas uns dos outros. Também não é assim.

O diagnóstico aqui, “Item D”, dentro do eixo assistência, “diagnóstico”, ah desculpem, se bem que estou cometendo um erro aqui, estou falando de assistência como se fosse assistência social e não é, é o eixo da assistência em comparação com o eixo da prevenção, mas, ok, “diagnóstico: avaliação do estado da saúde para definição da conduta terapêutica singular e das medidas de proteção e reinserção a serem adotadas”. De novo,

diagnóstico, avaliação, não é só do estado de saúde, estamos de novo limitando demais a questão do uso indevido, abusivo, de drogas, a uma questão de corpo, de saúde física, diagnóstico...

“Abrigamento. Oferecimento de local salubre”, bom... só faltava..., “oferecimento de local salubre, com alimentação”, acho bobagem discriminar isso “com alimentação” na lei, o modelo de república, que é um modelo muito interessante entre o acolhimento e a moradia, não prevê o oferecimento de alimentação. Aliás, as pessoas serem responsáveis pela cozinha é parte importante num processo de convivência numa república. Então eu não discriminaria aqui “com alimentação e nos equipamentos tipificados pela política municipal de assistência social”. De novo relega só a assistência social a responsabilidade de oferecer locais para se viver, para se morar, habitação tem de ser mencionada aqui.

Aí tem um parágrafo único com uma redação estranha, tudo bem, eu entendo o princípio da coisa que é de garantias, mas você dizer: “todas as ações da política municipal sobre álcool e outras drogas assegurarão o acesso dos indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social ao sistema de garantias de direito e a interlocução como balcão de direitos humanos, conselhos tutelares, Poder Judiciário”, não, se a gente precisa dizer na lei que as pessoas tem direito de acesso ao Poder Judiciário não faz nenhum sentido, ou ao Ministério Público, ou à Defensoria Pública.

Eu entendo, eu imagino, no processo de construção de um texto cada um ali dando suas contribuições, e alguém lembrando de situações de violência, de violação de direitos, dizendo assim: “Não, escreve aí, que vai ter de ter acesso ao Ministério Público e ao Judiciário, mas não é o caso de dizer que a ação tem de garantir o acesso, enfim, é garantido pela Constituição nos casos em que determina.

De novo se faz referência aqui à assistência social falando nos centros de abrigamento, nos centros temporários de acolhimento, repúblicas e outros equipamentos, então agora vou falar especialmente da assistência social. Que bom que ela está contemplada

numa política municipal sobre drogas. Mas são menções, ao mesmo tempo, muito genéricas, nos serviços tipificados e, ao mesmo tempo, muito limitadas. A assistência social tem um papel muito maior nisso tudo do que a oferta de serviço de acolhimento, inclusive, acho que esse é um problema da lei de um modo geral nesse estado que ela está agora que parece estarmos nos referindo exclusivamente a cenas de uso.

Parece que a lei foi feita tendo em mente a Cracolândia, porque fala em “abordagem, cadastramento para encaminhamento, pessoas em situação vulnerável, pessoas em situação de risco”, parece que estamos falando de uma população delimitada geograficamente que a gente vai lá, aborda, apreende, encaminha, mas uma política municipal sobre drogas tem de ir muito além disso.

No ano passado acompanhei, quando a Vereadora Patrícia Bezerra ainda era Secretária de Direitos Humanos, a dificuldade que era lidar com os rolezinhos no Ibirapuera e 4 ou 5 casos de coma alcoólico de adolescentes por domingo! Não tem um evento público em São Paulo que não tenha um vendedor de vinho químico, que é sei lá, álcool com corante, então, não dá pra gente... e olha que estou falando ainda assim de ocasiões, eventos, festas de rua, rolezinho, mas se fizermos um estudo sobre Lei Maria da Penha, registro de ocorrências e uso abusivo, ou dependência, de drogas tem uma coincidência muito grande das incidências.

Eu já participei de reuniões de mulheres vítimas de violência, mas assim: “Eu não quero que meu marido seja preso, eu quero que ele se trate, meu marido não é um homem agressivo, só quando ele bebe”. Então não estamos falando só de abordagem de equipe de assistência social num determinado lugar para fazer um encaminhamento, parece que a gente está falando de morador de rua só, a impressão que dá é que não estamos falando de pessoas que moram em Higienópolis, ou no Jardim Carumbé. Esse é um problema de concepção geral do texto, não é um detalhinho, uma coisa ou outra assim que possamos melhorar a redação.

E, para concluir, temos um trabalho de método, não é tanto do conteúdo

propriamente, mas assim, quando analisamos o processo que foi aberto quando esse projeto começa a tramitar pela Casa, o que já tem de lei espalhada, dispendo sobre alguma coisa relacionada a álcool e outras drogas, nas escolas é obrigatório fazer, é proibido fazer aquilo, e tem as leis estaduais e tem a política nacional, então, precisamos aproveitar essa ocasião para fazer a melhor atualização possível de tudo que já existe na forma de lei, e de tudo que já vem tramitando em tentativas diversas na forma de projeto de lei, aproveitar essa ocasião para trazer isso tudo, reunir tudo isso e fazer o melhor conjunto possível.

Outras considerações se sobrar tempo no final eu faço Vereador, porque já exorbitei no tempo aqui. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Foi muito bom. A Vereadora Sandra Tadeu disse que temos de entregar o Salão Nobre às 13h, mas se pudermos ficar mais uns 5 minutos, acho que não vai ter problema. É importante. Vamos ouvir o Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Prezado Presidente Vereador Reis, quero cumprimentar o Sr. José Antonio de Almeida Castro, Chefe de Gabinete do Secretário Sabará, e o Sr. Décio Perrone Ribeiro Filho, Coordenador de Políticas sobre Drogas.

Primeiro quero ressaltar a importância desse projeto de lei, e poder ser analisado em profundidade. Essa é a razão de ter sido criado um grupo de trabalho pela Vereadora Patrícia Bezerra, Sra. Presidente da Subcomissão de Álcool e Drogas. Acho que cerca de 13 ou 15 pessoas estavam presentes na reunião realizada na semana passada, que vão estudar, em profundidade, esse projeto.

Queria, por exemplo, destacar alguns pontos que mereceriam estar aqui sendo considerados. Quando, o artigo 1º, no parágrafo, fala que a política municipal sobre álcool e drogas será realizada no que diz respeito aos seus assuntos de saúde, direitos humanos, assistência social, educação, trabalho e segurança urbana, avalio como a Vereadora Soninha mencionou aqui há pouco, que há necessidade de ser incluídos esporte e cultura, assim como habitação.

O projeto fala da devida atenção à prevenção, não somente nas escolas. É necessário que se pense na política de educação, sobre os riscos da utilização de álcool e drogas, das formas mais diversas. Quanto a isso, é preciso conversar tanto com as pessoas da área de saúde, como também de comunicação.

Também há outro ponto, referente a não menção da questão da Justiça Criminal. Por exemplo, se dentre os moradores em situação de rua hoje, hoje há 40% de regresso ao sistema penitenciário, ali, na Cracolândia, a estimativa é que seja de 60%. Ou seja, é necessária aqui uma reflexão sobre a questão de como se tratar em dar oportunidades de não apenas se libertarem, mas se tornarem independentes, sem o uso de álcool e drogas, mas também de orientá-los para que não voltem logo para o sistema penitenciário, com oportunidades de educação, trabalho e assim por diante.

No conselho gestor, só estão prevista a participação de membros da Prefeitura Municipal. Avalio que é muito importante que haja também a participação da sociedade civil, como, por exemplo, a participação do conselho municipal de álcool e drogas da Prefeitura Municipal, que sempre está sugestões a respeito.

Eu gostaria de perguntar tanto ao Sr. José Antonio de Almeida Castro quanto ao Sr. Décio Pereira Perroni Ribeiro Filho a respeito de como ficou o Programa de Braços Abertos. O Sr. José Antonio de Almeida Castro mencionou que o programa teve alguns efeitos positivos e outros que não foram tão bem, mas não detalhou suficientemente. O que eu conheço do Programa de Braços Abertos é que, em geral, houve efeitos muito positivos. Havia 505 pessoas inscritas no Programa de Braços Abertos em 2015, quando eu era Secretário de Direitos Humanos e Cidadania, e também em 2016. Lá por volta de novembro e dezembro, o ex-Prefeito Fernando Haddad reuniu, na Praça das Artes, num auditório onde cabiam, pelo menos, 500 pessoas, aquelas inscritas no programa. Ali foi dada a palavra a algumas dessas pessoas, talvez 12 ou 16, e o depoimento deles era algo muito positivo, muito significativo. Aliás, no final do ano de 2015, lá no Centro Cultural, na Avenida Vergueiro, Liberdade, foi feita

uma exposição com relação aos resultados do Programa de Braços Abertos. Havia ali grandes quadros, que mostravam as fotografias de pessoas inscritas no Programa de Braços Abertos, com depoimentos altamente positivos. Naquela reunião, na Galeria das Artes, houve depoimentos. Vou dar um exemplo que eu me lembro de ter ouvido. Era um homem de uns 35 anos, que falou: “Eu estava consumindo 30 a 40 pedras de crack por dia. Estava completamente afastado da minha família. Tinha deixado de estudar e trabalhar. Ingressei no Programa de Braços Abertos, o qual tinha, por norma, que os inscritos passariam a ter 30 horas semanais de obrigação de realizar o trabalho, o estudo ou a combinação dos dois. Teriam o direito a quinze reais por dia, três refeições ao dia, num restaurante onde a comida custa barato, no Bom Prato, e também direito a um quarto de hotel. Bem, essa pessoa disse: “Passados quase dez meses ou mais, eu agora estou consumindo uma a duas pedras por dia. Passei a ter novamente contato com a minha família. Estou estudando. No final do ano, irei fazer o vestibular”. Ora, é um depoimento positivo. Por tudo o que estava sendo estudado, inclusive cientistas sociais do Cebrap, da Unicamp, inclusive a Taniele Rui, que escreveu: “Nas tramas do crack”, a Taniele Rui - esse livro aqui é referência ao seu trabalho de doutorado - estudou os programas de álcool e droga em Campinas. E, em São Paulo, De Braços Abertos interagiu muito com as pessoas que estavam envolvidas no consumo de álcool e drogas. Ela deu diagnóstico bastante positivo sobre o programa De Braços Abertos, que inclusive teve reconhecimento internacional.

Ora, desculpem-me, representantes aqui do Governo, mas primeiro, que eu saiba, há um coordenador responsável pelo programa da Prefeitura do Município de São Paulo. Imaginei que ele viesse aqui hoje, que é o Sr. Artur Guerra. Eu sei, já conversei com ele, e ele sabe em grande profundidade, mas ao ler o PL enviado pelo Sr. Prefeito Bruno Covas, notei que aqui não há referência, seja às regras do programa De Braços Abertos, que são objeto de decreto que regulamenta o programa De Braços Abertos, número 55.067, de 28 de abril de 2014; também a Portaria 1.752, de 19 de novembro de 2015, que dispõe sobre a coordenação

do comitê gestor do Programa De Braços Abertos, e ainda há um Decreto 57.176, de 1º de agosto de 2016, que cria a inspetoria de redução de danos vinculadas à Superintendência de Operações – SOP - da Guarda Civil Metropolitana, que inclusive fala como respeitar aquelas pessoas que estão em situação de rua, na Cracolândia, e assim por diante.

Quero aqui lembrar, em 21 de maio de 2017, domingo, às 7h30 da manhã fui chamado: “por favor, venha até aqui ao fluxo das pessoas envolvidas na chamada Cracolândia, porque aqui estão centenas de policiais civis jogando bombas de gás lacrimogênio, balas de borracha, e tal...” Eu fui até lá. Cheguei por volta das 8h15, 8h30, assisti o próprio Governador Geraldo Alckmin, e logo depois veio o Prefeito João Doria. Assistiram os policiais com armas nas mãos na Alameda Dino Bueno, removendo os diversos barracos e todos os pertences das pessoas que estavam lá. Fizeram revistas em todos os estabelecimentos, em alguns deles arrombando portas, quartos, e procurando o que houvesse de suspeita.

Aquelas pessoas acabaram se transferindo para a Praça Princesa Isabel, onde ficaram cerca de quatro semanas, para depois voltarem para o lugar que inicialmente frequentavam muito diante da Estação Júlio Prestes e da Rua Helvecia. Aquele número de pessoas, que se encontrava na Alameda Dino Bueno, desde aquele momento até hoje eu tenho visto crescer. Cresce o número de pessoas que está ali naquela situação.

Naquele dia, o Secretário de Desenvolvimento e Assistência Social retirou a placa do programa De Braços Abertos, falando: “isso não existe mais”. O Prefeito João Doria, naquele dia, declarou: “acabou a Cracolândia”. Daquele jeito não se acaba. Aliás, a Secretária Patrícia Bezerra ficou tão indignada com aquele procedimento que pediu demissão. Todos nós nos lembramos disso.

Agora, eu gostaria de saber exatamente, se o Governo, agora Bruno Covas, considera que os resultados do programa De Braços Abertos não foram tão positivos, e se introduziu, então, outro programa chamado Redenção, quero saber, até hoje, nenhuma autoridade municipal me explicou quais as regras do Programa Redenção. Talvez possam

explicar aqui. Inclusive já perguntei na Casa, no Plenário, se algum Vereador conhece. Não conhecem.

O programa Transcidadania, acabei de explicar como funcionava. Sei que houve progressos significativos, pelo menos para muitas pessoas. Se havia alguns problemas e limitações no programa De Braços Abertos, por que não se resolveu estudar bem, ouvir as pessoas que fizeram pesquisas a respeito, uma equipe do Cebrap, da UNICAMP, e outros, que estudaram seus resultados? E por que não, então, modificar, para aperfeiçoar o projeto, o programa? Acho que seria de bom senso. Mas, Presidente Reis, acho que há muitos aspectos positivos no projeto de lei, mas o projeto de lei não refere, em detalhe, àquilo que existiu.

Com respeito aos decretos que mencionei, do programa De Braços Abertos, que eu saiba não houve qualquer mudança. Não houve decreto que anulou esse decreto. Estão em vigor, ainda que com uma nova Prefeitura, como o novo responsável pela Prefeitura.

E o programa Redenção, tem definição em alguma portaria? Imaginei que talvez viesse nesse projeto de lei, mas não está presente. Quem sabe, porque reconheço que há méritos nesse projeto de lei, inclusive, aqui fala - vou ler o art. 1º - “Fica instituída no âmbito do Município de São Paulo a política municipal sobre álcool e droga, com o objetivo de executar ações de prevenção, atenção, reinserção social de usuários de álcool e outras drogas, visando à redução dos danos provocados pelo consumo abusivo e proteção da vida...”

Ora, considero muito positivo que aqui esteja mencionada a referência à filosofia da redução de danos, a base na qual o programa De Braços Abertos funcionava. Então, quer dizer, as diretrizes do programa de álcool e drogas aqui embutido são positivas, mas não explicam bem o que vai acontecer.

Se, porventura, puderem os Srs. José Antonio de Almeida Campos e Décio Perrone Ribeiro Filho e a Sra. Cláudia Ruggiero Longhi nos explicar quantas pessoas que, frequentando a Cracolândia, ou outros lugares de São Paulo, que estavam envolvidas no consumo de álcool e drogas, passaram a ter um acompanhamento da Prefeitura? Quantas

peessoas conseguiram se libertar da condição de uso de álcool e drogas? Quais foram os métodos utilizados? Quais aqueles que mais deram certo? O que não deu certo e qual é a estimativa, por parte da Prefeitura Municipal de São Paulo, de pessoas, hoje, que estão envolvidas no consumo de álcool e drogas, seja ali na Luz, na Cracolândia, seja em outros pontos dessa nossa grande metrópole? E se forem, digamos 500, ou mil, dez mil, quantos for, quais serão as medidas efetivas que essas pessoas receberão? Seja no que diz respeito ao aconselhamento, à devida assistência, à assistência à saúde, à solução de programas psiquiátricos, à oportunidade de trabalho, de estudo, e assim por diante?

Sei que não é um problema fácil de resolver. Porque o Secretário de Direitos Humanos e Cidadania que foi, de 2 de fevereiro de 2015 a 1º de abril de 2016, eu era um dos cinco secretários responsáveis. Tinha o de Direitos Humanos, o da Assistência Social, o de Segurança Urbana, o de Saúde e o de Trabalho, Emprego e Empreendedorismo. Poderia, de alguma forma, termos interagido com o da Habitação e Esportes. Devem estar sim, aqui responsáveis.

Se puder nos dizer que recomendação tem para que nós venhamos a estudar em profundidade esse projeto com a maior boa vontade de uma maneira suprapartidária. O meu diálogo hoje está sendo feito, não por ser eu do PT, mas é o dialogo na direção do bom senso. É querer resolver bem a problemática de enorme complexidade, que ocorre, não apenas em São Paulo, mas em outras cidades brasileiras e no mundo, inclusive com experiências.

Para completar, eu farei mais uma questão: Em que medidas as autoridades do Governo Municipal, responsável pelo programa de álcool e drogas, tem analisado as experiências de outros países? Por exemplo, no Uruguai, o Presidente Pepe Mujica instituiu um sistema que agora se pode ter o consumo da *cannabis*, da maconha para fins medicinais e inclusive para fins de consumo mesmo e de recreação. Acho importante nós estudarmos essa experiência para eventualmente termos nova aplicação da lei sobre isso.

Também, em Portugal, há um avanço muito grande nessa área. Ainda há cerca de

dois meses eu assisti, no Instituto Fernando Henrique Cardoso, Presidente do PSDB, ele reuniu Dr. Drauzio Varella e o Dr. João Goulão, o responsável pela política de álcool e drogas em Portugal. Estive lá em setembro do ano passado e naquela mesma semana houve uma matéria de página inteira do *New York Times* dizendo como Portugal avançou tanto para resolver o problema de drogas. Temos também experiências em estados norte-americanos, que estão autorizando o consumo de maconha, por exemplo.

Eu agradeço, se puderem também colocar as suas reflexões, porque a experiência com álcool e drogas nossa, em São Paulo, precisa levar em consideração também o que se está aprendendo em outros lugares do mundo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Nós é que agradecemos. Com a palavra o nobre André Santos.

O SR. ANDRÉ SANTOS – Boa tarde a todos os presentes, aos componentes da Mesa, a todos que acompanham pela TV Câmara, a todos que estão acompanhando de alguma forma o que estamos ouvindo aqui.

Um dos pontos principais que o projeto destaca é a questão da proteção à vida. Fico muito preocupado, porque embora seja louvável a decisão do Prefeito de instituir a política municipal sobre álcool e drogas, o que não falta no nosso Município, por exemplo, são leis. Está cheio de leis.

Vou ser muito claro: se eu pudesse, se tivesse esse poder, - se alguém souber que tenho esse poder, depois me procure – porque acredito que muitas leis que estão em vigor hoje deveriam ser retiradas, porque a maioria delas não é aplicada. Não são aplicadas pela população e pelo Governo.

Já que surgiu essa oportunidade de uma lei para se trabalhar em relação ao álcool e drogas também, acho que agora deveríamos fazer algo pontual. Não nos preocuparmos, de repente, que tenham tantas coisas, ou que de repente vai ter um monte de coisa, mas não vai

se fazer absolutamente nada. Não tem controle de nada. Por exemplo, abordagem de pessoas. A maioria das vezes que estivemos em ações do próprio Executivo, por exemplo, na época da Cracolândia, eu, como Vereador, não fui bem tratado na hora de estar lá para poder buscar, acompanhar o que estava acontecendo para contribuir de alguma forma, pois a preocupação era a proteção da vida.

Fomos lá para isso e não nos deixaram nem entrar para acompanhar o que de fato estava acontecendo. Eu, como Vereador da Cidade. Agora, você imagine um cidadão ou alguém que trabalhe o dia inteiro, voltado para a preservação da vida, que queira ir lá para tentar, muitas vezes, entender como está o processo para contribuir com algo. Pergunto: como ele será tratado se o Vereador da Cidade, muitas vezes, é tratado dessa forma? Então nós vamos aproveitar esse projeto aqui para procurar implementar o que, de fato, vai funcionar.

Porque ficar aqui... As pessoas serão abordadas, serão acompanhadas, terão tratamento disso, daquilo e daquele outro, mas espera aí, quem foi ouvido para se chegar a essa conclusão? Foram apenas os técnicos? Tudo bem. Os técnicos têm a sua parte fundamental, é importante, acho necessário. Mas há alguém, no dia a dia, que vive isso procurando ajudar as pessoas que estão com esses problemas?

A questão de guardar uma esperança de realmente ver o fim daquela situação na Cracolândia nos deixou felizes, porque quando a gente chegava lá ficava muito triste. Mas, na época, a pergunta entre nós também foi a seguinte: vai funcionar da forma como está sendo feita? É como uma casa que eu quero construir e pegar qualquer pessoa para o serviço. Chega uma hora que vai dar algum problema.

Informo que faço parte da base do Governo, exatamente porque nós estamos aqui preocupados com a vida é que estamos colocando esse ponto. Quero fazer um apelo para vocês que são representantes do Executivo para chamar pessoas que trabalham no dia a dia, ainda que não sejam grupos, mas aqueles que vivem esse dia a dia, que já fazem trabalhos que ajudam pessoas, que tragam o entendimento da mecânica disso. Assim na hora em que o

projeto estiver pronto e for aprovado na Câmara - certamente será aprovado - nós, os Vereadores, possamos dizer que conseguimos aprovar um projeto que funciona. Vocês que trabalham no Executivo também dirão que foi aprovado um projeto que, de fato, nós vamos ver funcionar.

A minha preocupação existe, muito embora considere louvável a ação do Prefeito em instituir essa política municipal sobre álcool e drogas. Porém, faço um apelo para que a gente realmente converse com as pessoas para que, na hora da aplicação do que tiver de ser feito, de fato, possa funcionar, porque de leis o nosso Município já está cheio. E leis que, infelizmente, não estão funcionando na prática.

Desta vez, todos nós aqui de igual modo entendemos que precisa ser uma lei que atenda as questões da vida, de proteção às pessoas. Não à proteção partidária, não aos pensamentos individuais, porque agora a coisa está muito mais ampla do que normalmente é.

Muito obrigado.

Creio que esse tempo foi o suficiente, não é Vereador Reis?

O SR. PRESIDENTE (Reis) - V.Exa. foi muito feliz. O Vereador Suplicy também foi bastante feliz, a Vereadora Soninha também, porque esse negócio de controlar tempo é muito ruim. Eu não gosto. Deixa o povo falar.

Depois, Vereador André, na realidade, a audiência é para ouvir a população. Sobre o que V.Exa. falou do aperfeiçoamento do projeto, sabemos que o Prefeito mandou esse projeto para ser debatido e aperfeiçoado. Ele está aberto a emendas, a proposituras e, obviamente, a dialogar com a sociedade civil, o Governo e a Câmara.

É por conta disso que acontece esta audiência, mas as outras comissões vão promover audiências, porque esse projeto não será aprovado às pressas. Ele fez questão de mandar com a lógica de debater e a Câmara Municipal aperfeiçoa-lo.

O SR. ANDRÉ SANTOS - O apelo, Vereador Reis, é exatamente para que as pessoas sejam ouvidas de verdade.

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Sim, mas elas têm de vir.

O SR. ANDRÉ SANTOS - Isso. Nós somos os seus representantes e aqui estão outras pessoas também e várias virão.

O SR. PRESIDENTE (Reis) - A audiência é para isso.

O SR. ANDRÉ SANTOS - A audiência é para isso, mas o apelo é para que no momento em que as propostas vierem para cá que sejam, de fato, consideradas para que a gente possa ter um projeto que traga um bem-estar para a população.

Porque ter audiência pública com os Vereadores, com as pessoas interessadas falando e apresentando suas propostas podem nem sequer ter a chance de ver tudo isso sendo considerado. A gente precisa que tudo seja considerado e algumas coisas serem, de fato, implementadas dentro do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Assim nós esperamos.

Vamos ouvir a Sra. Alessandra Jales, Departamento de Famílias da Igreja do Evangelho Pleno em Cristo.

A SRA. ALESSANDRA JALES - Boa tarde. Quero agradecer a oportunidade de estar aqui hoje, falando um pouco do meu trabalho.

Eu e meu esposo trabalhamos no Departamento de Famílias. Somos pastores de uma congregação. Trabalhamos há anos com isso porque tive dois filhos dependentes de drogas, que passaram pelo processo da droga, maconha, cocaína, *crack*, o que me levou a um mundo que eu não conhecia, um mundo realmente desconhecido para mim, que me fez sofrer bastante para ajudar os meus filhos. Geralmente, cidadãos comuns não sabem lidar com isso e há poucas pessoas experientes que podem ajudar. Na época, foi um processo bem difícil.

O uso da droga não envolve somente a parte psicológica, mas também a física. Geralmente, as pessoas trazem um trauma em suas almas, vindo de alguma consequência na infância, na vida, ou no modo em que viveram, são coisas que conseguem assimilar, mas às vezes não. Em algum momento na vida esse vazio vem a ser suprido por uma substância que

pode ser a droga, o álcool, sexo, prostituição, enfim, de várias formas.

Naquela luta eu descobri que meus filhos precisavam de um tratamento mais invasivo.

Sempre fui evangélica. Normalmente há uma crença de que é somente um problema espiritual, de que se você vai fazer parte de uma igreja, receber aquele conteúdo, certamente será liberto. Realmente, de fato, acontece. Conheço muitas pessoas que foram a uma igreja, um local religioso e estão curadas.

Mas nem sempre é assim, porque a droga é problema da alma por dificuldades que as pessoas viveram. Com o uso, a droga mata as substâncias naturais do organismo daquela pessoa que serão supridas com a própria droga. Na falta da droga o organismo não produz mais aquela substância e essa pessoa não conseguirá mais se equilibrar na sociedade. Então ela ficará descontrolada.

O jovem acaba perdendo o controle, não reconhece mais as regras mais comuns como horário de alimentação e também não obedece ordens. A mente dessa pessoa passa a ficar 24 horas voltada para a droga, apenas na dependência química.

Eu vejo como que se a mente para e assume ali uma mente nova, pensando apenas em como adquirir e usar a droga.

Está certo que isso é uma questão de adicção, há pessoas que são adictas. Assim como há outras que usam a droga e passam a vida inteira só com a maconha, ou com a cocaína. São pessoas que trabalham, têm família, mas há outras que possuem uma adicção muito forte, como o meu filho mais velho, por exemplo. Ele começou na maconha, daqui a pouco estava na cocaína e logo depois no *crack*, porque ele possui a característica de adicto. O seu organismo pede aquela substância.

Na ocasião, eu procurei algumas clínicas evangélicas que eu acho hoje funcionam pouco para certo nível de dependência. Nesses casos, as internações são voluntárias, ou seja, a pessoa tem de querer ser internada. Além do mais, são internações que não lidam com

medicação. Porém, o problema é físico, já que o organismo deixou de produzir várias substâncias, daí quando o indivíduo se acha sem a droga entra em estado de abstinência. Nessa condição as pessoas não ficam internadas.

Hoje eu trabalho no Departamento de Famílias e nós encaminhamos para essas clínicas alguns casos para internação, mas quando chega na hora da abstinência a pessoa não aguenta, porque o organismo pede, ela fica desequilibrada e quer sair.

Neste caso, precisaria de uma medicação para dar uma compensada no organismo. A medicação serve para tirar a ansiedade, porque a pessoa fica muito ansiosa pela falta da substância que produz o hormônio da alegria, da felicidade. Não produzindo mais esse hormônio, a pessoa fica num estado de tristeza profunda, num estado depressivo e precisa da medicação para suprir isso.

Da mesma forma, ela precisa de um acompanhamento psicológico para que entenda o que a levou a fazer isso, quais são as feridas da sua alma. Foi o quê? Foi uma ausência de paternidade? Foi ser criado com pessoas que mais a acusaram do que fortaleceram os seus pontos positivos? Exaltaram mais o seu lado negativo? Para nós é mais fácil acusar, há poucos elogios daquilo que há de bom nas pessoas, não potencializando o que há de importante.

Trabalho na comunidade, com pessoas que moram em favelas. Naquele local vemos crianças de nove anos nas drogas. Recentemente, uma criança de 11 anos teve uma overdose e faleceu. O problema é muito mais sério.

Hoje, nós estamos preocupados com a Cracolândia, mas eu estou preocupada também em como não irem mais pessoas para lá.

Atendo, hoje, homens que são pais de família, filhos também, que estão nas ruas, porque já não têm controle. Já não se encaixam dentro das suas casas, porque quando eles urinam e defecam no sofá, não têm mais controle. Pegam as coisas de dentro da casa para vender. Essas pessoas não querem ser internadas, porque suas mentes estão 24 horas na

droga. Já estão nas ruas catando latinha e papelão para sustentar a droga.

Eu fiz uma internação compulsória com o meu filho, involuntária, que não dependia da vontade dele. Nenhum dos meus filhos queria ser internado. Procurei, algumas pessoas que me disseram que havia poucas clínicas involuntárias aqui em São Paulo, em outros estados não havia. Procurei as clínicas e fiz a internação involuntária. Chamei o Resgate que levou um dos meus filhos, depois foi o outro. Levou os dois involuntariamente.

Foi muito importante, porque quando a pessoa está no uso e começou cedo, ela não vê o outro lado da vida. Ela aprende só um lado da vida. Não teve experiências, são pessoas que, por exemplo, não têm condições financeiras, elas nunca saíram da comunidade. Conheceram apenas aquele lado da vida. São casas em que mal tem a mãe, porque ela já foi trabalhar, não tem o café, são pessoas que não cumprem regras.

A internação trabalha bastante com a questão da regra, a pessoa vai aprender que tem de acordar às 07h, terá a laborterapia onde vai limpar a clínica, o banheiro. Há clínicas em que as pessoas lavam suas próprias roupas e contribuem fazendo o alimento, não diretamente, porque não podem mexer com faca ou algo que coloque a sua segurança em risco, mas podem lavar louça, também fazem exercícios físicos na academia dentro da clínica. Dessa forma, elas passam a ter regras.

Há também um atendimento psicológico que trabalha com todas as questões da falta da paternidade, da falta da mãe, ou do abuso sexual.

Hoje, no Departamento de Famílias, a gente atende muita gente, posso dizer que cerca de 70% das pessoas já foram abusadas na infância pelos pais, padrastos, tios. O abuso causa uma revolta muito grande que, às vezes, as leva às drogas. A psicóloga vai a fundo na causa. A gente pode tratar o sintoma, mas nós precisamos saber qual é a causa disso.

Há também o acompanhamento psiquiátrico do profissional que vai prescrever a medicação necessária. Mesmo com essa medicação às vezes o paciente entra em estado de abstinência, quer quebrar as coisas, quer brigar. Nesse caso, é aplicação outro tipo de

medicação para que a pessoa consiga ficar calma. Há as que querem fugir, também. Eu acho que essa internação involuntária para pessoas que já estão fora do controle é muito importante.

Foi isso que vim conversar com a Dra. Sandra, para informar que temos uma clínica que é voluntária, não trabalha com medicação, querem trabalhar somente com a Palavra de Deus. Mas eu falei para a Dra. Sandra da necessidade de aproveitar essas clínicas evangélicas que são muitas e aplicar um tratamento mais efetivo, para conseguir recuperar mais pessoas.

Nós conseguimos recuperar, mas não o tanto que é necessário, porque as pessoas têm potencial. As pessoas que são atingidas pela droga são muito inteligentes, são boas, têm um coração enorme, só que, em algum momento, elas se envolveram com isso. Há muita possibilidade de recuperação, mas desde que seja um trabalho feito corpo, alma e espírito.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Muito obrigado.

O próximo inscrito é o Sr. Michel Willian de Castro Marques, Comuda, Conselho Municipal de Políticas sobre Álcool e Drogas. A Sra. Natália Oliveira será a próxima.

O SR. MICHEL WILLIAN DE CASTRO MARQUES - Boa tarde. Quero cumprimentar a Mesa e os demais presentes.

O Comuda vem trabalhando desde o início da sua gestão, acompanhando a política municipal de drogas, o Programa Redenção. A gente tem feito algumas atividades e ações em relação a esse programa.

No ano passado nós fizemos uma nota técnica quando foi feita a apresentação do Redenção, nós entregamos ao Executivo, ao Dr. Arthur Guerra, à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social. A gente tem acompanhado a Subcomissão de Políticas de Drogas da Câmara e feito parte do Grupo de Trabalho que foi criado.

A gente se propôs a mobilizar mais atores e técnicos especialistas que trabalham e

que atuam na ponta. Nos territórios da zona Norte, zona Sul, enfim, em todos os serviços na ponta, na assistência direta aos usuários, a gente tem participado da elaboração do plano mais acessível para a população e para o Município.

Quero agradecer muito a importância de discutir. É muito importante discutir esse projeto e mantenha a discussão, que passe nas outras comissões para alterações e para propostas desses técnicos e da população. Que a gente mantenha esse canal aberto entre a população e a população possa falar e fique de fato uma audiência pública em que a gente consiga construir e apoiar a discussão ampla do projeto de lei.

É isso que tenho para falar. Quero agradecer muito. Temos reunião mensal do Comuda agora, às 14h, na Sala Luiz Tenório. Quem puder participar, mandar os representantes, a reunião é toda a primeira terça-feira do mês, sempre na Sala Luiz Tenório, aqui na Câmara.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Muito obrigado. Sra. Nathália Oliveira.

A SRA. NATHÁLIA OLIVEIRA – Boa tarde a todos e todas, meu nome é Nathália, sou Presidente do Conselho Municipal de Políticas de Drogas e Álcool da Cidade, cumprimento a Mesa, todos os presentes e quem nos assiste. O Michel vai fazer a fala institucional, mas estava ouvindo as falas e mesmo chegando atrasada estava acompanhando no ao vivo pelo site da Câmara, e estava pensando muito no que falaram o Vereador André Santos e a Vereadora Soninha sobre a importância desse PL.

Realmente eu que acompanho o Comuda mesmo antes de ser Presidente, meu grande incômodo é que temos dificuldade de construir pontos de partida para pensar as políticas, sejam as políticas municipais, estaduais ou nacionais. Na esfera federal temos um Sistema Nacional de Políticas de Drogas e Álcool, o Sisnad, que vai pensar justamente numa perspectiva de intersetorialidade para desenvolver a política nacional.

Só que quando isso chega aos municípios e estados, essas políticas de drogas

como foram acontecendo em tempos e momentos diferentes acabam sempre respondendo via lei de urgência. Então se há um problema, um foco, uma cena de uso maior acontecendo, seja uma cracolândia, às vezes o aumento dos pedidos de internação, qualquer coisa que aconteça nas cidades os governantes acabam respondendo na urgência.

Respondendo a um apelo público, à demanda que está acontecendo, os próprios Vereadores pensam projetos de lei pontuais que às vezes só atingem uma área ou outra. E acho que o exercício desse PL é construir um ponto de partida para que a gente construa na cidade de São Paulo, a maior da América, um sistema municipal de política de álcool e drogas já aproveitando as leis que estão na Casa. Ver quais são as leis que devem ser incorporadas, os PLs que estão em discussão. Também revogar os que estão em desencontro com o PL para que a gente não fique com uma legislação, uma falando uma coisa e outra totalmente contrária.

Então acho que esse é o exercício que será estabelecido na Subcomissão de Política de Drogas presidida pela Vereadora Patrícia Bezerra, com a participação da Vereadora Soninha e do Vereador Suplicy.

Nós do Comuda acompanhamos desde o ano passado essa Subcomissão e queríamos reforçar a importância da participação tanto nessa Subcomissão, inclusive, dos Vereadores. Acho que foi uma medida democrática por parte do Executivo submeter o projeto de lei à discussão na Casa, desde que toda a tramitação do projeto siga um rito normal. Passar por essa Comissão, depois nas comissões seguintes e, inclusive, depois de mais ajustado e consensuado entre as várias partes interessadas a gente consiga chegar às audiências públicas e depois ao plenário.

Assim acho que teremos tempo de ouvir de fato todas essas partes, como os demais Vereadores pontuaram, para não fazer nada atropelado. Se seguir esse trâmite com certeza vamos conseguir chegar num bom projeto de uma maneira que seja melhor para a cidade de São Paulo.

É isso. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Nós que agradecemos.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLYCY – Agradecemos ao Comuda essa participação.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Vamos passar às considerações finais. Sr. Antonio de Almeida Castro, representando o Sr. Filipe Sabará.

O SR. ANTONIO DE ALMEIDA CASTRO – Obrigado, Vereador. Obrigado a todos, acho que são muitos pontos que foram levantados, muitos questionamentos que ilustram a complexidade dessa questão, o Vereador Suplicy mencionou isso também.

O que quero deixar em nome da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social é a nossa abertura e proposta de diálogo para a resolução desses desafios. E acho que esse é o princípio mais importante, o comprometimento mais valioso que posso deixar aqui, como o Vereador Reis já mencionou, o próprio fato do Prefeito ter encaminhado esse projeto para a Casa já demonstra como isso será pactuado e construído com a Cidade.

E a nossa postura na Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social é essa também. Agradecemos sempre as intervenções e a atuação de todos os órgãos que atuam conosco nesse trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Nossos agradecimentos ao Sr. José Antonio de Almeida Castro, da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

A Secretaria Municipal De Direitos Humanos, a presença do Sr. Décio Perroni Ribeiro Filho, para as suas considerações finais.

O SR. DÉCIO PERRONI RIBEIRO FILHO – Também agradecer, acho que esta conversa possivelmente continua. Foi bastante importante.

Acho que é importante considerar que o Vereador Suplicy levantou algumas questões e pediu uma fala a respeito do Programa anterior, De Braços Abertos. Na verdade o

senhor fez uma reflexão a respeito, trouxe dados e fez outro bloco de questões mais ao final bastante importante.

Quanto ao projeto Redenção de fato, neste momento, não tenho nenhum dado, nenhuma informação a respeito, mas me pareceu que o projeto Braços Abertos procurou, o que tem a ver com o que o senhor colocou mais ao final, um alinhamento com as políticas internacionais. E essa é uma preocupação nossa também.

O senhor citou o Uruguai; Portugal; alguns estados americanos, talvez o último tenha sido o Colorado, mas é importante lembrar que temos outras experiências europeias também. Talvez, desde a década de 60 com as praças suíças que entendiam que o usuário de heroína, droga mais forte naquele território, devesse ser visto como uma pessoa que precisasse de uma proteção, não de uma repressão.

Então temos muitos exemplos internacionais. Daria para citar também a Espanha, dos ambientes seguros. Agora tenho muito forte a impressão de que estamos um pouco blindados das experiências internacionais por várias razões. Afora as questões políticas temos entendimentos de ordem moral, conservadora, a respeito do que significa para o indivíduo se relacionar com a droga que é muito forte neste país. As questões políticas e econômicas também são muito fortes.

Dentro da lei que já temos hoje muita coisa dá para se fazer. Temos uma legislação extremamente repressora, mas possui muitas capilaridades que permitem pensar o sujeito consumidor de drogas, usuário de substâncias psicoativas, de uma maneira que ele possa receber um apoio, acompanhamento e não receber uma ordem de prisão. Penso que há uma dificuldade muito grande de atuarmos neste país, embora tenhamos essas brechas.

Penso que deveríamos estar mais alinhados com as experiências internacionais, independente da questão ideológica. Acho também que é uma questão suprapartidária, é uma questão de abordagem social. Não é uma questão de um ou outro partido, ou de uma ou outra corrente. Penso que haverá possibilidade de uma superação, como esses países estão

superando, a partir do momento em que dermos um salto qualitativo em relação ao que se faz hoje.

Bom, de qualquer maneira acho que o que está sendo feito hoje a partir deste projeto de lei já é um passo importante. Acho que é fundamental, torno a dizer, realçarmos, o que também a Vereadora Soninha destacou, a questão que foca no sujeito esse processo todo de abordagem. E penso que será possível um passo a mais a partir desta legislação aqui. Fiz algumas observações, vou fazer um acerto e vou enviar para cá algumas sugestões que acho importantes.

No mais agradeço e estamos disponíveis a entrar em qualquer discussão que possa avançar nesse contexto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Nós é que agradecemos. Vamos ouvir então a Sra. Claudia Ruggiero Longhi, Coordenadora de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, Secretaria Municipal de Saúde.

A SRA. CLAUDIA RUGGIERO LONGHI – Boa tarde, gostaria de parabenizar a iniciativa desta Casa de fazer esta discussão tão cara para nós, tão importante e espero poder participar desse processo, contribuir com esse crescimento.

Acho que precisamos sim ampliar essa discussão sobre a política, como já disse na minha apresentação. Um problema tão complexo requer uma complexidade de discussão em que precisamos avançar.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Eu é que agradeço. Vereadora Soninha Francine.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Só agradecer a CCJ por ter feito esta primeira audiência pública. Mais nada a acrescentar.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY – Também, apenas isso.

O SR. ANDRÉ SANTOS – Também.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Entendo que foi bastante produtivo o debate e obviamente que esse projeto terá outras audiências nas comissões. Já teve parecer favorável aprovado na Comissão de Constituição e Justiça.

Espero que nas próximas audiências possamos ter uma participação maior. Quanto maior a participação da população mais subsídios teremos para que os Vereadores possam fazer emendas, embora tenhamos aqui pessoas como o Suplicy, a Soninha, que são militantes dessas questões, dessa causa, para realmente termos uma política ideal para a cidade de São Paulo nessa questão de álcool e drogas.

Esgotado o tempo declaro encerrada esta audiência pública.